

**Câmara Municipal
de
Ponte da Barca**

Divisão de Administração Geral e Finanças

Reunião Nº 03/2016

Assunto:

REUNIÃO ORDINÁRIA
DO DIA 01 de fevereiro de 2016

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PONTE DA BARCA

<u>SUMÁRIO:</u>	Fl.
01- Abertura	1
02- Antes da ordem do dia	2-3
03- Balancetes	3
04- Pagamentos	4
05- Decisões do Presidente	-
06- Obras públicas.....	4
07- Fornecimentos diversos	-
08- Obras particulares.....	4-5
09- Pessoal	-
10- Requerimentos diversos	-
11- Expediente diverso	-
12- Deliberações diversas	5-13
13- Outros assuntos	-
14- Encerramento	13

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

DE

PONTE DA BARCA

ATA Nº03/2016

Data da Reunião: Um de fevereiro de dois mil e dezasseis

Local da Reunião: Sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho

Presidiu: ANTÓNIO VASSALO ABREU

Presenças

Presidente:

António Vassalo Abreu

Vereadores:

José Alberto Sequeiros de Castro Pontes

Armindo José Sousa da Silva

Sílvia Manuela Carneiro Amorim Torres

Augusto Manuel dos Reis Marinho

Ricardo Jorge Freitas Gomes Armada

Olinda Pereira de Oliveira Barbosa

Início da Reunião: Dez horas

Encerramento: Treze horas

Secretariou a reunião: Drª Aida Maria Boalhosa Pereira

Ordem cronológica por que foram tratados os assuntos:

Prestou Colaboração Técnica:

OBS:

----- A ata foi aprovada em minuta. -----

PONTO Nº: 2 ANTES DA ORDEM DO DIA

II – INTERVENÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO VASSALO ABREU E DOS SENHORES VEREADORES

O senhor Presidente da Câmara, Vassalo Abreu, procedeu à abertura da reunião começando por saudar todos os presentes. Deu conhecimento à excelentíssima câmara das diversas reuniões em que participou, nomeadamente com o Secretário de Estado da Agricultura (em particular salientar a importância do que representa o vinho para os municípios de baixa densidade e a rota do vinho), com o Ministro Adjunto, da qual foi possível obter a confirmação de que a questão da derrama já está resolvida. Disse que estão a decorrer reuniões com o Secretário de Estado das Autarquias Locais para resolver a questão do FEF. Esteve presente numa reunião do SEPA – Banco de Portugal, na qual foi dito que a partir do dia 1 de fevereiro a referência bancária é o IBAN. Vai reunir com o Secretário de Estado da Administração Interna, com o Presidente da AICEP, ao qual vai entregar um dossier sobre este Município.

O senhor Vereador, Armindo Silva, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Relativamente ao Tribunal Judicial de Ponte da Barca, disse que se for necessário pode envolver as forças políticas representadas neste órgão para conseguir que uma das secções do Tribunal de Família venha para Ponte da Barca. Disse que a intervenção no pavimento da variante é urgente, pelo que a execução dos trabalhos já devia ter iniciado. O Presidente disse que o processo está a avançar. O senhor Vereador, Armindo Silva, disse que ocorreu um acidente na Ermida, justificando-se uma intervenção de melhoria no local para evitar outras ocorrências. Relativamente às eleições presidenciais, a vitória do Marcelo Rebelo de Sousa é do homem. Extravasou os partidos políticos o que obriga a repensar as políticas que estão a ser seguidas. O vencedor teve este mérito, de distanciar-se da política durante a campanha e no dia das eleições.

A senhora Vereadora, Olinda Barbosa, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Relativamente à feira gastronómica e turística de Xantar – Ourense, disse que a aposta deles é no azeite, mel, queijo e turismo de habitação, questionando o senhor Presidente pelos produtos deste concelho que vão estar em exposição nessa feira. O senhor Presidente deu a palavra à senhora Vereadora, Sílvia Torres, que disse que este Município está representado institucionalmente. Foi convidada a Adega Cooperativa de Ponte da Barca para uma prova de vinhos e a Adega do Artur para um show cooking. Não se levam produtos. A promoção é turística, divulgação de Folk Celta e dos domingos gastronómicos. A senhora Vereadora, Olinda Barbosa, disse que o Tribunal de Ponte da Barca reúne as condições para funcionar uma secção do Tribunal de Família e de Menores. O senhor Presidente disse que pediu uma audiência à senhora Ministra da Justiça. A senhora Vereadora, Olinda Barbosa, disse que há utentes que se queixam do valor que pagam pela utilização das piscinas municipais, sendo necessário adotar medidas mais atrativas para dinamizar o equipamento. O senhor Presidente disse que já existem muitos incentivos para que o equipamento possa ser utilizado por diversas entidades sem que para tal tenham de pagar as taxas municipais.

O senhor Vereador, Augusto Marinho, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Relativamente às eleições presidenciais, disse que correram de forma cívica, louvando, assim, a democracia. Felicitou o vencedor, Marcelo Rebelo de Sousa, pela vitória alcançada. Sendo ele constitucionalista um homem do direito deposita muito expectativa no seu mandato. Solicitou, novamente, um dos processos de candidatura aos lotes do Parque Empresarial do Rodo. Disse que se mantém a falta de sinalética no interior do edifício dos Paços do Concelho. No seu entendimento, o exterior desse edifício deveria sofrer um melhoramento quanto à colocação de mobiliário urbano. Questionou pela taxa de desemprego neste concelho.

O senhor Vereador, Ricardo Armada, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Na sequência da questão do senhor Vereador, Augusto Marinho, disse que a taxa de desemprego neste concelho é de 11%. Esteve presente numa reunião em Caminha da supra concelhia em que foi discutida a posição do diretor do Centro Distal de Segurança Social de Viana do Castelo. Nessa reunião foi aprovada uma moção que será enviada às instâncias superiores.

A senhora Vereadora, Sílvia Torres, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Deu conhecimento à excelentíssima câmara de que a 6.ª edição da Feira do Fumeiro correu muito bem, mais uma vez a promoção do concelho foi feita através deste evento que trouxe até nós inúmeros visitantes. Salientou a

participação ativa da Rádio Barca que fez a cobertura de todo o evento, permitindo que mesmo os barquenses que não puderam vir à feira, por diversos motivos, pudessem acompanhar as várias atividades. Esta dinâmica da Rádio contribui ainda para a promoção do concelho. O Município está presente na Feira Gastronómica e Turística de Xantar – Ourense, para promover a gastronomia e as potencialidades turísticas do concelho junto de um público que entendemos ser um grande potencial. Destacou da agenda cultural as seguintes atividades: Feira dos Saldos dias 5 a 9; Entrudo Tradicional do Lindoso Pai Velho dia 7 e 9; Baile e Concurso de Carnaval dia 8; Domingo Gastronómico do Cozido à Portuguesa; Desfile de Carnaval do Agrupamento de Escolas dia 5; Aqui há História dia 6. Com a organização de um fim de semana de carnaval preenchido por diversificadas atividades, o Município pretende proporcionar aos barquenses e visitantes um programa de animação e lazer que os motive a passar estes dias no concelho barquense. Deu conhecimento à excelentíssima câmara de que é com agrado e satisfação que já está disponível um pacote de oferta turística para o fim de semana de Carnaval.

O senhor Vereador, José Alberto Pontes, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Felicitou o vencedor das Presidenciais - Marcelo Rebelo de Sousa. Lamenta o facto do Tribunal Constitucional divulgar no período da campanha eleitoral uma decisão, que, a seu ver, pode estar ferida de ilegalidade. Disse que a Feira do Fumeiro foi um sucesso. -----

II - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA:

12.10. - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE VENDA DO DIREITO DE PROPRIEDADE DOS LOTES DO PARQUE EMPRESARIAL

12.11. - PROPOSTA E PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO – FUNDACIÓN DE FEIRAS E EXPOSICIÓN DE OURENSE

12.12. - PROTOCOLO DE ASSOCIAÇÃO DE PAIS

12.13. - PROJETO BASE DO LOTEAMENTO EMPRESARIAL/INDUSTRIAL DAS RAPOSEIRAS

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 18 DE JANEIRO DE 2016:** - A Câmara Municipal, em cumprimento do disposto no número 2, do artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no nº 4, do citado artigo, deliberou, por maioria, aprovar a ata da reunião, realizada no dia dezoito de janeiro, pelo que irá ser assinada pelo Presidente da Câmara e Secretário da respetiva reunião. Absteve-se a senhora Vereadora do PSD, Olinda Barbosa, por não estar presente na mesma. -----

PONTO Nº: 3 - BALANCETES

3.1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do Balancete de Tesouraria relativo ao dia 29/01/2016, que apresentava o seguinte saldo:

Dotações Orçamentais.....111.989,34€

Dotações Não Orçamentais.....420.599.80€

PONTO Nº: 4 - PAGAMENTOS

4.1. - PAGAMENTOS RATIFICADOS

----- Presente, para conhecimento, a relação das ordens de pagamento, numeradas intercaladamente de 72 a 346 inclusive, no valor de 778.891,31 €. -----

4.2. - DESPESA

----- Durante o período compreendido entre o dia 11/01/2016 e o dia 26/01/2016, inclusive, o Diário de Despesa teve a seguinte movimentação:

Cabimentado.....	1.725.678,28€
Compromissado.....	1.631.969,32€
Liquidado.....	890.681,68€
Pago.....	844.649,52€
Operações não Orçamentais.....	33.959,94€

PONTO Nº: 6 - OBRAS PÚBLICAS

6.1. - SEBASTIÃO DA ROCHA BARBOSA, LDA

- Empreitada "Retificação e Pavimentação da Estrada Intermunicipal número 532" -
- Novo Plano de Trabalhos -

- Presente ofício da empresa Sebastião da Rocha Barbosa, L.da, registado sob o nº 707, em 20/01/2016, a apresentar, na sequência da notificação remetida através de email datado de 13/01/2016, novo plano de trabalhos. Pela Divisão de Administração e Conservação do Território foi emitida a informação que transcreve: "Em sequência da deliberação da Câmara Municipal de 14/12/2015, fundamentada na informação dos serviços da DACT datada de 17/11/2015 relativamente à aprovação da suspensão da obra retificação e Pavimentação da Estrada intermunicipal N. 532, e da notificação remetida através de email datado de 13/01/2016 veio a empresa adjudicatária apresentar novo plano de trabalhos, fazendo repercutir os efeitos da citada suspensão. Analisados os documentos que compõem o plano de trabalhos em anexo, verifica-se que estão em condições de merecer aprovação pela CM.

Assim, propõe-se:

1. A aprovação do plano de trabalhos e restantes documentos apensos;
2. A notificação da aprovação à empresa adjudicatária da obra."

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação dos serviços. Os senhores vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa, apresentaram a declaração de voto que se transcreve: "consideramos que devem ser tomadas todas as medidas para salvaguardar a colocação das infraestruturas."-----

PONTO Nº: 8 - OBRAS PARTICULARES

8.1. - PROJETO DE ARQUITETURA

João Dias Alves, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de construção de muro de suporte de vedação, sita no lugar de Portuzelo, freguesia de Vila Chã São João - Processo LE-EDI n.º 52/2015. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 18/01/2016.

João Cerqueira, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de alteração de cobertura em moradia unifamiliar, sita no lugar de Souto, freguesia de Vila Nova de Muía - Processo LE-EDI n.º 56/2015. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 18/01/2016.

8.2. - PROJETO DE COMPLEMENTARES

Maria de Fátima da Costa Gomes, a requerer aprovação dos projetos de especialidade da obra de construção de moradia unifamiliar na tipologia T5, sita no lugar de Quintães, freguesia de Cuide Vila Verde, concelho de Ponte da Barca, Processo LE-EDI n.º 86/2012. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 19/01/2016.

Ana Cristina Fernandes da Silva, a requerer aprovação dos projetos de especialidade da obra de reconstrução e alteração de moradia unifamiliar na tipologia T2, sita no lugar de Pereira, freguesia de Nogueira, concelho de Ponte da Barca, Processo LE-EDI n.º 41/2015. Deferido por despacho da senhora Vereadora – Sílvia Torres, de 27/01/2016.

PONTO Nº: 12 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS

12.1. - CIM – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MINHO-LIMA

- Envio de fatura -

- Presente ofício da CIM - Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, registado sob o nº 14094, em 22/12/2015, a remeter fatura nº 901/2015, da importância de 3.485,00 €, relativa a "Quota 2015 – mensalidade dezembro 2015". -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, mandar pagar.-----

12.2. - FREGUESIA DE SAMPRIZ

- Pedido de guias usadas -

- Presente requerimento da Junta de Freguesia de Sampriz, registado sob o nº. 13811, em 14/12/2015, a solicitar a cedência de guias em pedra para o arranjo do espaço público, junto à Capela, no lugar de Ventuzelo. -----

– Pela Divisão de Administração e Conservação do Território, foi emitida a informação que se transcreve: "Solicita a Junta de Freguesia a cedência de guias em granito que a Câmara Municipal possui em armazém, a fim de pavimentar espaço público junto à Capela, no lugar de Ventuzelo. Com estes trabalhos pretende-se pavimentar e melhorar as condições de acesso e circulação na zona envolvente à Capela, contribuindo a sua concretização para a recuperação urbanística e melhoria das infraestruturas viárias do local, na defesa dos interesses da população. O custo deste material foi calculado pelos fiscal de obras em € 500. Para o efeito deverão cumprir-se as disposições previstas na alínea j), n.º 1, do art. 25.º e alínea ccc), do n.º 1, do art. 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que determina competir à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal (Art. 33º/n.º1 / al. ccc)) deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações (art. 25.º/n.º1/al. j).". -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação dos serviços.-----

12.3. - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DO DIVINO SALVADOR DE BRAVÃES
- Minuta de Protocolo -

- Na sequência do pedido da Fábrica da Igreja Paroquial do Divino Salvador de Bravães, registado sob o número 6409, de 03/06/2015, pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente, para aprovação, a minuta de protocolo que se transcreve: "O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios, comuns e específicos da população do Concelho, designadamente no âmbito deste protocolo de colaboração, o domínio no apoio a obras de interesse municipal. Os interesses públicos que à Autarquia competem podem ser concretizados quer através de investimentos próprios, quer delegando competências ou subsidiando investimentos. A Fábrica da Igreja Paroquial do Divino Salvador de Bravães, pessoa coletiva territorial tem, igualmente, como atribuições, o que diz respeito aos interesses das populações locais, designadamente, a conservação de equipamentos e espaços de utilização pública.

Assim:

Celebra-se o presente protocolo, entre:

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, devidamente representada pelo seu Presidente – António Vassalo Abreu, no disposto do artigo 33.º, n.1, alínea o), da Lei 75/2013, de 12 de setembro; e

A Fábrica da Igreja Paroquial do Divino Salvador de Bravães, pessoa coletiva n.º 501 539 514, devidamente representada pelo Padre José António de Brito.

é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

Pelo presente protocolo, a Câmara Municipal de Ponte da Barca e a Fábrica da Igreja Paroquial do Divino Salvador de Bravães, acordam na transferência para a referida Fábrica o valor de 1.320,00€ (mil, trezentos e vinte euros).

Cláusula 2ª.

A Fábrica da Igreja Paroquial do Divino Salvador de Bravães, responsabiliza-se pela mão-de-obra e pela utilização correta da verba a transferir, para obras de beneficiação do Adro da Capela da Sr.ª da Necessidades, consideradas de interesse municipal.

Cláusula 3ª.

A referida verba será transferida do orçamento municipal, através da dotação orçamental 04.07.01, registado sob o compromisso 74/2016, de acordo com as opções do plano em execução e o orçamento em vigor em função da disponibilidade de tesouraria.

Cláusula 4ª.

A Câmara Municipal reserva-se ainda o direito de acompanhar a aplicação dos recursos transferidos pelo presente protocolo, em colaboração com o Segundo Outorgante.

Cláusula 5ª.

1. Qualquer revisão ou adaptação do presente protocolo de colaboração será acordada entre todos os outorgantes e celebrados os competentes aditamentos a este documento, por escrito.

2. O presente protocolo é lavrado em duplicado e vai ser assinado pelos representantes do Município de Ponte da Barca e pela Fábrica da Igreja Paroquial do Divino Salvador de Bravães, sendo autenticado com selo branco ou carimbo e ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes.

Ponte da Barca, de janeiro de 2016

O 1º. Outorgante, _____

O 2º. Outorgante, _____

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo. -----

12.4. – COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE TERRENOS

- Presente informação interna nº 180, do Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico, registada sob o nº 341, em 14/01/2016, que se transcreve: "Com vista a operacionalizar o estabelecido no n.º 4 do artigo 44.º do Decreto-lei 555/99 (RJUE), na sua atual versão (Dec.Lei 136/2014) propõe-se que seja submetido a deliberação da reunião da Câmara Municipal a constituição da Comissão de Avaliação de Terrenos prevista no artigo 49.º do Regulamento de Municipal de Taxas e outras receitas de Urbanização e Edificação, para cálculo da TRMU e Compensação ao Município, nos termos do art.º 50.º e seguintes do citado Regulamento de Municipal de Taxas.

A Comissão, no ano transato, foi constituída pelos técnicos: Engenheiro Agostinho Barros, Engenheiro António Cerqueira e arquiteto Ivo Costa".-----

- Pelo senhor Presidente da Câmara foi emitido o Despacho que se transcreve: "Concordo. D.N.". -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, designar para a Comissão de Avaliação de Terrenos os seguintes técnicos: Engenheiro Agostinho Barros, Engenheiro António Cerqueira e Arquiteto Ivo Costa. --

12.5. - APOIOS LOGÍSTICOS A ASSOCIAÇÕES, GRUPOS, COLETIVIDADES, RANCHOS E OUTROS SEM FINS LUCRATIVOS

- Presente informação interna nº 265, da Divisão de Desenvolvimento Social-Serv.Ed.Cult.Tur. - Coordenação, registada sob o número 466, em 18/01/2016, que se transcreve: "Considerando que as Associações, Grupos, Coletividades, Ranchos e outras sem fins lucrativos, do concelho, constituem peças fundamentais na divulgação do que de melhor existe em Ponte da Barca;

Considerando que ao longo do ano as Associações, Grupos, Coletividades, Ranchos e outras sem fins lucrativos, solicitam apoio logístico à Autarquia para a realização das suas atividades, nomeadamente a cedência e montagem de equipamentos e seu transporte, cedência de material, apoio ao transporte de pessoas, para prossecução dos seus fins estatutários;

Considerando que durante o ano civil de 2016 as Associações, Grupos, Coletividades, Ranchos e outras sem fins lucrativos farão diversos pedidos no âmbito do atrás descrito;

Considerando o Anexo I, da alínea u), artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece como competência da Câmara Municipal "Promover a oferta de cursos de ensino de formação profissional dual, no âmbito do ensino não superior, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças";

Considerando que a competência que antecede, de acordo com o nº 1º do artigo 34º, não pode ser delegada no respetivo presidente ou subdelegada em qualquer dos vereadores;

Considerando que não existe qualquer protocolo celebrado entre as partes para o efeito;

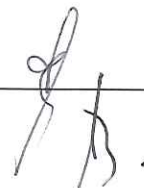
Assim, coloco à consideração superior o deferimento do apoio da autarquia às entidades e fins, nos acima referidos, e submissão à reunião de Câmara do dia 1 de fevereiro".-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação dos serviços. -----

12.6. - LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO

- Apoio Solidário -

- Presente ofício do Departamento de Angariação de Fundos da Liga Portuguesa Contra o Cancro, registado sob o nº 845, em 22/01/2016, a solicitar apoio na organização de eventos durante o ano 2016. Pela Divisão de Desenvolvimento Social, foi emitida a informação que se transcreve: "Vem a Liga Portuguesa Contra o Cancro, Associação Cultural e de Serviço Social, que se assume como uma entidade de referência nacional no apoio ao doente oncológico e família, na promoção da saúde, na prevenção do cancro e no estímulo à formação e investigação em oncologia, solicitar apoio à autarquia através da



organização conjunta de alguma iniciativa que tenha como objetivo a angariação de fundos que revertam a favor daquela entidade. Neste sentido, nos anos transatos a autarquia tem promovido uma caminhada solidária com o propósito supra referido, pelo que, para o ano civil de 2016, propõe-se a realização da mesma atividade, englobando um professor de Educação Física, para a dinamização de aulas de aquecimento de alongamentos, antes e depois da caminhada. Assim, à luz da Lei n.º 75/2013, os municípios dispõem de atribuições vertidas no ponto n.º 2, do artigo 23º, e à luz do artigo 33º, anexo àquela Lei, é da competência da Câmara Municipal apoiar atividades de cariz social e aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças.

Neste sentido, coloca-se à consideração daquele organismo a realização da atividade, supra, e em caso de concordância, propõe-se a realização, da mesma, Domingo, 22 de maio de 2016." -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação dos serviços. -----

12.7. – UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA, DA ULSAM

- Projeto PODE -

- Presente email do Delegado de Saúde de Ponte da Barca, registado sob o número 666, em 19/01/2016, a solicitar a colaboração da Técnica Superior de Engenharia Alimentar deste município na operacionalização da vertente da segurança alimentar do projeto PODE. Pela Divisão de Desenvolvimento Social foi emitida a informação que se transcreve: "Vem a Unidade de Saúde Pública, da ULSAM, solicitar colaboração à autarquia no projeto PODE - Projeto de Otimização das Dietas Escolares, aplicado nas cantinas do Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca. Este projeto tem duas vertentes de avaliação, a vertente de nutrição e a vertente da Segurança Alimentar.

Assim:

Considerando o Despacho n.º 18987/2009, publicado no Diário da República n.º 158 - II Série, de 17 de outubro de 2009, pelo que, o fornecimento de refeições em refeitórios escolares deve assegurar uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades da população escolar, segundo as orientações emanadas da Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e com observância das normas gerais de higiene e segurança alimentar a que estão sujeitos os géneros alimentícios, de acordo com o disposto nos Regulamentos (CE) n.os 178/2002, de 28 de janeiro, e 852/2004, de 29 de abril, do Parlamento Europeu e do Conselho.

Considerando, ainda, o Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho, que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para os municípios, nomeadamente, o Contrato nº 256/2009.

Considerando o artigo 23º, nº 2, do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, onde estão plasmados os domínios das atribuições dos municípios, designadamente: educação e saúde.

Considerando o artigo 33º, nº 1, do anexo à Lei supra citada, que patenteia as competências da Câmara Municipal, nomeadamente, alínea u), em que compete à Câmara Municipal apoiar atividades que incluem aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças.

Posto isto, coloca-se à consideração da Câmara Municipal a colaboração solicitada".-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a colaboração solicitada. -----

12.8. – TOLERÂNCIA DE PONTO NA TERÇA FEIRA DE CARNAVAL

- Proposta -

- Pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: "Considerando que embora a terça feira de Carnaval não conste na lista de feriados obrigatórios por lei, existe em Portugal uma tradição consolidada de organização de festas neste período.

Tendo em conta a tradição do Entrudo em Ponte da Barca, com o seu expoente máximo no Enterro do Pai Velho em Lindoso e o investimento feito pelo Município com o intuito de atrair visitantes ao concelho de Ponte da Barca.

A Tolerância de ponto, aplica-se a todos os setores, não podendo no entanto prejudicar o normal funcionamento da Porta do Lindoso, do setor do Turismo de outros serviços essenciais. Relativamente a estes trabalhadores, em que seja reconhecida a necessidade de se manterem ao serviço, os respetivos dirigentes promoverão posteriormente a dispensa de assiduidade.

Nos termos do art.º35.º, n.º2 da alínea a) da Lei n.º75/2013, de 12 de dezembro, proponho a concessão de tolerância de ponto aos trabalhadores desta Câmara Municipal no dia 09 de fevereiro de 2016, cumprindo o acima referido.

Divulgue-se.

À Reunião do Órgão Executivo.

Ponte da Barca, 26 de janeiro de 2016

O Presidente da Câmara

António Vassalo Abreu.”

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

12.9. - 1ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA

1ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

- Ratificação de Despacho -

- Presente, para ratificação, o despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de 28/01/2016, em que aprova a 1ª alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 152.100.00 € e a 1ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos, no valor de 129.600,00 €, visando o reforço de verbas insuficientemente dotadas.

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, ratificar o despacho do senhor Presidente da Câmara. Absteram-se os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa e o senhor Vereador Independente, Augusto Marinho. Os senhores vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa, apresentaram a declaração de voto que se transcreve: “Estas alterações demonstram que o orçamento para o corrente ano de 2016 é um documento que não traduz as reais necessidades do concelho.”-----

12.10. – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE VENDA DO DIREITO DE PROPRIEDADE DOS LOTES DO PARQUE EMPRESARIAL

- Presente informação interna nº 480, do Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico, registada sob o nº 845, em 29/01/2016, que se transcreve: “1. Como instrumento da sua política de promoção do desenvolvimento económico, a Câmara Municipal de Ponte da Barca criou condições para instalação de atividades empresariais através da modalidade de cedência do direito de propriedade plena do Loteamento do Rodo, Vila Nova de Muía.

Desde a entrada em vigor do Regulamento de Venda do Direito de Propriedade dos Lotes do Parque Empresarial do Rodo, constatou-se que o setor Terciário foi o mais representativo na maioria das pretensões apresentadas pelas empresas.

2. Assim, e tendo presente que:

2.1. O objeto do Regulamento define que a cedência de terrenos é permitida para a instalação de atividade industrial;

2.2. O setor Terciário, nomeadamente as atividades de comércio e serviços são as mais representativas na maioria das pretensões requeridas;

2.3. O loteamento aprovado para o local admite a afetação dos lotes tanto para a atividade industrial como para a atividade de armazenagem, comércio e serviços.

Submete-se à consideração superior a 1ª alteração ao Regulamento de Venda do Direito de Propriedade dos Lotes do Parque Empresarial do Rodo, nos termos do documento em anexo, de modo a permitir que as

atividades de armazenagem, comércio e serviços também sejam admitidas para efeitos de cedência do direito de propriedade plena dos lotes do Parque Empresarial do Rodo. Mais se informa que no documento anexado, a vermelho sublinhado está o texto a inserir e a rasurado o texto a suprimir.” -----
----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação dos serviços, devendo a presente alteração ser submetida à aprovação do Órgão Deliberativo. -----

12.11. – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO – FUNDACIÓN DE FEIRAS E EXPOSICIÓN DE OURENSE - Minuta de protocolo-

- Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente, para aprovação, a minuta do protocolo que se transcreve:
“O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer.

Os interesses públicos que à Autarquia competem, podem ser concretizados quer através de investimentos próprios quer apoiando ou comparticipando instituições privadas que desenvolvam a sua atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças no Município.

Fundación de Feiras e Exposicións de Ourense, que tem como objetivo a promoção de atividades comerciais, industriais, agro-industriais, sociais, educacionais e qualquer outra que tenha como objetivo a promoção e desenvolvimento destes sectores na região da Galiza, contribuindo assim para o aumento do nível de vida do meio urbano e rural na região transfronteiriça Norte de Portugal - Galiza.

Assim:

Nos termos do disposto no alínea u), do nº1 do artº 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre:

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, representado por António Vassalo Abreu – Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35º. da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; e

Fundación de Feiras e Exposicións de Ourense, devidamente representada por D. Alejandro Rubin Carballo, número de identificação fiscal G32164956, é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

Cada uma das entidades promover-se-á nos eventos organizados pela outra entidade, nas áreas que sejam de interesse mútuo, preferencialmente Turismo e Gastronomia.

Cláusula 2ª.

As duas entidades cooperarão no desenvolvimento e gestão de missões empresariais transfronteiriças, dentro da Euro-região Norte de Portugal – Galiza, com o objetivo primordial de potenciar uma rede estratégica.

Cláusula 3ª.

Cada entidade contribuirá para a informação e promoção das atividades da outra parte a partir de intercâmbios sobre as notícias dos eventos organizados pela outra entidade, nas redes sociais e nos respetivos web sites.

Cláusula 4ª.

Ambas as entidades poderão valorizar outros canais de colaboração em projetos e eventos, mantendo as bases de uma colaboração comum.

Cláusula 5ª.

Qualquer outra obrigação não contemplada ou explícita no presente protocolo, conservará e seguirá o espírito de colaboração presente nas cláusulas anteriores.

Ponte da Barca, 05 de fevereiro de 2016

Pelo Município de Ponte da Barca

O Presidente da Câmara Municipal

António Vassalo Abreu
Pela Fundaç    de Feiras e Exposições de Ourense

D. Alejandro Rubin Carballo

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo.-----

12.12. – PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E A ASSOCIA    DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCA    DOS ALUNOS DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PONTE DA BARCA
- Minuta de protocolo -

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente, para aprova   , a minuta de protocolo que se transcreve:
“Encarada, que deve ser a Educa   , como uma das áreas mais complexas e importantes e atendendo    necessidade de promover um elevado grau de qualifica    e forma    das gerações vindouras,    imperiosa uma articula    sistemática entre as várias instituições e agentes, assim como uma reflex    constante que possibilite a estrutura     de uma política concelhia de educa    .

Desta forma, a Autarquia assume a “Educa    ” como um dos sectores prioritários na sua estratégia de desenvolvimento do concelho, pelo que, desde alguns anos a esta parte, tem vindo a proporcionar a todos os alunos um acompanhamento mais próximo e mais eficaz, nomeadamente aos alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Considerando o artigo 23  , n   2, do anexo    Lei n   75/2013, de 12 de Setembro, onde estão plasmados os domínios das atribuições dos municípios, designadamente:

a) Educa    ;

Considerando a Portaria n   644-A/2015, de 24 de agosto que define as regras de oferta das Atividades de Anima     e de Apoio    Família(AAAF) e da Componente de Apoio    Família (CAF);

Assim entre:

1   O Município de Ponte da Barca, titular do cartão de identifica     de entidade equiparado a pessoa coletiva número 505676770, representado por Ant  nio Vassalo Abreu, na qualidade de Presidente da Câmara, como primeiro outorgante;

2   A Associa     de Pais e Encarregados de Educa     dos Alunos do Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca titular do cartão de identifica     de entidade equiparado a pessoa coletiva número 513 038 760, representada por S  nia Bragança Rebelo, na qualidade de Presidente da Associa     e Gisela Paredes, na qualidade de Vice-Presidente da Associa    , como segundo outorgante;

   celebrado o presente protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira
Objeto

1. O presente protocolo tem por objeto a defini     de uma parceria entre o Município de Ponte da Barca e a Associa     de Pais e Encarregados de Educa     dos Alunos do Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca, para atribui     de apoio financeiro para implementa     das Atividades de Anima     e de Apoio    Família(AAAF) e Componente de Apoio    Família (CAF), no Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca.

Cláusula Segunda
Período de vigência do protocolo

O presente protocolo é válido desde fevereiro de 2016 até final de Julho de 2016.

Cláusula Terceira
Obrigações do Primeiro outorgante

1. A Câmara Municipal compromete-se a transferir para a Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos do Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca 30.000,00 Euros (trinta mil euros),
2. O valor referido no ponto anterior será transferido em seis tranches mensais, até ao dia 15 de cada mês.

Cláusula Quarta
Obrigações do Segundo Outorgante

A Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos do Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca compromete-se a executar o apoio financeiro transferido para os fins referidos na cláusula primeira. A Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos do Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca compromete-se a apresentar um relatório versando a execução da verba transferida, no final de cada período escolar.

Cláusula Quinta
Revisão

Qualquer revisão ou adaptação do presente protocolo será acordada entre todos os outorgantes e celebrados os competentes aditamentos a este documento, por escrito.

O presente protocolo é lavrado em duplicado e vai ser assinado pelos representantes do Município de Ponte da Barca e pela Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos do Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca, sendo autenticado com selo branco ou carimbo e ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes.

Ponte da Barca, 1 de fevereiro de 2016

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo. Os senhores vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa, apresentaram a declaração de voto que se transcreve: "Votamos favoravelmente este protocolo porque sempre reivindicamos a sua celebração para resolver o problema das tarefas no agrupamento de escolas. Tal como o fizemos na gestão do anterior governo do PSD fizemo-lo com o atual governo. Verificamos que na gestão do governo do PSD, a Câmara Municipal não manifestou disponibilidade para celebrar um protocolo para resolver o problema das tarefas e agora com o governo do PS já manifestou a disponibilidade. Não queremos pensar, porque não aceitamos, que possa ser usada a educação para tirar dividendos políticos". Pelo senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores do PS foi presente a Declaração de Voto que se transcreve: "Contrariamente ao que diz o PSD a câmara municipal esteve sempre disponível para celebrar um protocolo desta natureza tendo inclusive feito no anterior governo. Sucede que o PSD de Ponte da Barca não aceitava que na sede do concelho existem duas escolas, mas sim apenas uma. Só o atual governo é que veio reconhecer a existência de duas escolas o que veio criar as condições para a celebração do presente protocolo. Lamento a posição dos senhores Vereadores do PSD, que considero de total apego à posição do governo do PSD, que durante 4 anos teimou em considerar que as duas escolas de Ponte da Barca era uma só escola." -----

12.13. - PROJETO BASE DO LOTEAMENTO EMPRESARIAL/INDUSTRIAL DAS RAPOSEIRAS

- Presente informação interna nº 5315, do Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico, registada sob o nº 10583, em 28/12/2015, que se transcreve: "Conforme indicação superior, remete-se em anexo para aprovação superior o projeto Base do loteamento Empresarial/Industrial das Raposeiras. Informa-se que para a realização do projeto de execução, será necessário proceder a negociações com particulares visto existirem parcelas de terrenos particulares que se localizam inseridas dentro do terreno propriedade da Câmara Municipal. Terá também de se proceder à negociação com outro particular, tendo em vista a realização do arruamento que ligará à Rua Heróis de Ultramar." -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto Base do Loteamento Empresarial/Industrial das Raposeiras. Os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa, apresentaram a declaração de voto que se transcreve: "Consideramos que as entidades em causa, Bombeiros Voluntários de Ponte da Barca e Adega Cooperativa de Ponte da Barca, tal como temos vindo a referir, merecem todo o apoio da Câmara Municipal, criando-se condições para que possam responder às necessidades que são colocadas ao nível institucional e de mercado. Consideramos ainda que este será um importante passo para com a deslocação da adega cooperativa se iniciar o processo de regeneração urbana no espaço onde atualmente está instalada a adega cooperativa." -----

12.14. - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

----- Por último, a Câmara Municipal usando a faculdade que lhe confere o nº 3, do artº 57º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, sendo assinada pelo Presidente da Câmara e Secretária da presente reunião. -

PONTO Nº: 14 - ENCERRAMENTO

- E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, pelas treze horas, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata. -----

